

ENTRE O ALTAR E O TRONO: A
INSTRUÇÃO RELIGIOSA E O ENSINO
LAICO NO CEARÁ DO ÚLTIMO
QUARTEL DO SÉCULO XIX.

CLEIDIANE MORAIS
Universidade Federal do Ceará
cleidimoraes2010@hotmail.com

MANUELLE ARAÚJO DA SILVA
Universidade Federal da Paraíba
manuellearaujodasilvaa@gmail.com

RAFAELA GOMES LIMA
Universidade Federal do Ceará
rafagl83@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca investigar o envolvimento das elites políticas e ilustradas no Ceará, do último quartel do século XIX, com as questões educacionais, como expressão das disputas entre os ideais ultramontanos, católico-conservador e liberais. Trata-se de um momento no qual a estrutura político-social brasileira estava acentuadamente marcada pelos conflitos entre o Estado Imperial e a Igreja Católica. Tal questão perpassa a emergência à época da renovação do currículo primário animada pelas discussões em torno da educação, considerada mola propulsora para o progresso material e moral, da laicização e secularização do ensino. Elementos voltados à proposta educacional que valorizasse o ensino intuitivo e a ciência, atados à formação do homem laborioso, obediente e amante da pátria. Assim, do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho com as fontes históricas (cartas pastorais, jornais, atas de assembleia, relatórios de viagem e pareceres educacionais), será feito na intenção de tomá-las em suas discordâncias, desvios e em sua dinâmica conflitual, em um movimento que, vai do “campo das ideias” ao real cotidiano do povo pobre e humilde. A esse segmento social se destinava a formação primária focada na imposição de valores de moral e trabalho. Vê-se as contradições entre a busca pelo que se considerava moderno e civilizado e a estrutura político-social cearense, baseada na dependência econômica da maioria da população, das altas taxas de analfabetismo e do exercício de atividades informais para a garantia do sustento familiar.

Palavras-chave: Instrução pública primária; Instrução moral e religiosa; Ensino laico.

BETWEEN THE ALTAR AND THE
THRONE: THE FIGHTING BETWEEN
RELIGIOUS INSTRUCTION AND LAY
EDUCATION IN CEARÁ IN THE LAST
QUARTER OF THE 19TH CENTURY.

CLEIDIANE MORAIS
Universidade Federal do Ceará
cleidimoraiss2010@hotmail.com

MANUELLE ARAÚJO DA SILVA
Universidade Federal da Paraíba
manuellearaujodasilvaa@gmail.com

RAFAELA GOMES LIMA
Universidade Federal do Ceará
rafagl83@gmail.com

ABSTRACT

The present work aims to investigate the involvement of political and enlightened elites in Ceará in the last quarter of the 19th century, with educational issues, as an expression of the disputes between the ultramontane, catholic-conservative and liberal ideals, in a moment in which the Brazilian political-social structure was increasingly marked by conflicts between the Imperial State and the Catholic Church. This matter was, during that time, related to the emergency of a renovation of the primary curriculum, stimulated by discussions on education (considered a driving force for material and moral progress), the laicization and secularization of teaching, according to an educational proposal that valued intuitive teaching and science, tied to the formation of a laborious, obedient and patriotic man. Thus, from a theoretical and methodological point of view, dealing with historical sources (Pastoral Letters, newspapers, meeting records, travel reports and opinions on education) will be done considering their disagreements, deviations and also in their conflict dynamics, in a movement that goes from the “field of ideas” to the daily reality of the poor and humble people, recipients of a primary education focused on imposing moral and labor values. One can see the contradictions between the search for what was considered modern and civilized and the political and social structure of Ceará, based on the economic dependence of most of the population, the high rates of illiteracy and the exercise of informal activities to provide for their families.

Keywords: Primary public education; Moral and religious education; Secular teaching.

INTRODUÇÃO

No século XIX, os debates em torno do tema da educação ocuparam com certa pertinência as ações dos que se colocaram como habilitados a direcionar a Província e depois o Estado do Ceará nos rumos das nações ditas civilizadas. Aliada ao progresso moral e intelectual, as diversas forças político-partidárias, seja nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados, nos gabinetes de leitura ou agremiações literárias, a instrução pública foi considerada o principal meio para se formar sujeitos aptos a essas novas exigências. As instituições públicas foram impulsionadas pelos interesses do mundo capitalista, especialmente com a emergência de um contexto histórico pautado pela industrialização e pela formação de mão de obra para o trabalho livre.

Na década de 1880, uma série de Cartas Pastorais produzidas por Dom Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará entre 1878-1903, trataram logo de direcionar os fiéis quanto ao ensino das classes infantis e da mocidade. Representando as ideias “ultramontanas”¹, que defendiam a superioridade do poder papal em matéria de fé e disciplina, conforme Abreu (2009, p. 14), D. Joaquim Vieira atribuía à religião a tarefa, senão de direcionar, ao menos de contribuir efetivamente como partícipe fundamental na organização da instrução pública, espaço no qual diversas funções foram exercidas por padres.

Um indicativo latente do que se pode considerar uma simbiose entre as instâncias religiosas e instrutivas, trata-se da exigência vigente à época, por parte da Diocese, de uma fiscalização dos manuais escolares que deveria ser desempenhada por representantes religiosos. Ainda que assuntos de diversas ordens demandassem a atenção do Bispo, desde os mais específicos – como as atividades realizadas pelo clero e a consolidação de normas e práticas para se viver conforme os preceitos da Igreja – aos mais abrangentes, como a conjuntura política à época, os ideais de moralidade, vigilância dos costumes valorados entre adequados e inadequados a partir de uma ótica moralmente cristã, a temática educacional permanecia em local de destaque no fulcro dos interesses religiosos.

A par disso, o chamado ideal ultramontano, já se fazia presente no Ceará e somou mais vieses reforçadores a partir do marco da fundação da Diocese em território cearense por volta do ano de 1854 (oficializada em 1860). Com a chegada do Bispo D. Luís Antônio dos Santos, em 1861, e a fundação do Seminário Episcopal (1864), os ideais reformadores da Igreja, quais eram, a aproximação com a Sé romana e a moralização do clero, passaram a orientar as ações da Igreja na Província. O Seminário, sob o comando dos padres da Missão, os Lazaristas, passou a ser não somente um lugar de formação religiosa, como também se constituiu em espaço educacional para boa parte da mocidade advinda da elite local, por oferecer a formação a nível secundário.

Em documentos eclesiais, como os enredos das Cartas Pastorais, associava-se a instrução oficial à própria vivência da fé católica. Assim, a manifestação da religião no cotidiano dos fiéis

¹ O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou pelo fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814)”, com uma série de ações implementadas pela Igreja Católica frente “a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna”, ou seja, a “definição dos ‘perigos’ que assolavam o poder religioso (galicismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais)”. (SANTIROCCHI, 2010, p. 24)

estaria no cumprimento dos deveres e obediência aos dogmas e prescrições católicos, como afirmado na Quarta Pastoral: “o católico de qualquer posição social, na vida particular como na pública, na cadeira de mestre, na política, na tribuna, tinha o dever de prestar obediência a Igreja” (VIEIRA, 1886, p. 58). Para além do âmbito familiar, a obediência aos preceitos católicos, qual seja a de instruir os filhos nos assuntos religiosos, o trecho citado, estabelece de modo claro que o mestre também deveria obediência às prescrições da Igreja Católica em seu exercício docente, haja vista que professar a fé católica se constituía como requisito para se tornar professor primário. Isto é, assim como os pais deveriam transmitir os dogmas em pauta aos seus filhos, o mestre concretizaria sua obediência ao catolicismo à medida com que perpetuasse em seu alunado a moral cristã.

Constituindo um dos principais instrumentos de comunicação e pedagogia religiosa entre o bispo e seus diocesanos, as Cartas Pastorais manifestavam em seus enredos o controle sob o clero e sua formação, as administrações das paróquias e manifestações populares. Para o Bispo do Ceará, havia a necessidade de proteger as crianças e “jovens”² das transformações e demandas que o dito mundo moderno impunha à instrução pública.

A grandeza d'um povo, dizem todos, mede-se pelo grau de sua instrução; o verdadeiro patriota, o verdadeiro amigo da humanidade é aquele que mais promove o desenvolvimento moral e intelectual de seus semelhantes [...]. Infelizmente, porém, querem o ensino sem a ideia de Deus, sem relação com a moral cristã. Se ensina os conhecimentos das ciências naturais, mas pouco se ensina sobre a origem e fim do homem³. (VIEIRA, 1888, p. 127)

O ensino garantido pelos cofres provinciais estava aliado, nos discursos de Dom Joaquim Vieira, às expressões “mundo moderno” e “modernidade”. Conforme Moura e Almeida (1977, p. 333), tal correlação dava a informar sobre o contexto de mudanças que se anunciava no Ocidente e que a Igreja encontrava dificuldades para acolher, ou seja, à circulação de correntes ideológicas e políticas cada vez mais presentes nos círculos políticos e letrados. A ideia de moderno nesse contexto não significava progresso ou melhoria. Ao inverso, a Igreja Católica começava a se deparar com entraves político-ideológicos que ameaçavam uma pretensa soberania moralizante. Ou seja, ainda que Igreja e Estado concordassem em formar cidadãos obedientes, havia uma concorrência entre eles nas ideias utilizadas para amparar sua ação pedagógica⁴.

Na encíclica *Quanta Cura* e no *Sílabo dos Erros*, do Papa Pio IX, de 1864, a Santa Sé posicionou-se frente aos ideais advindos do liberalismo, do cientificismo, do racionalismo, do protestantismo e da laicidade apontados como “erros modernos”. De acordo com Abreu (2009, p. 24), tal documento, em âmbito católico, expressou as lutas da Igreja contra as investidas das ideias de secularização, da laicização das instituições civis impulsionadas pelas posições de cunho liberal, além da perseguição à Maçonaria e da contestação de submissão do poder espiritual ao temporal. O pontificado de Pio IX representou com veemência, como investigado pelos estudiosos do liberalismo e da educação, o conflito entre “o catolicismo e a civilização moderna; entre o ideal, de certo modo medieval, da preponderância da autoridade

2 Termo frequentemente utilizado por Dom Joaquim José Vieira em suas Cartas Pastorais.

3 Nas citações deste artigo, será mantida a grafia da época.

4 “Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”. (BOURDIEU e PASSERON, 1992. p. 20). Ainda segundo os autores, a ação pedagógica que reproduz a cultura dominante no sistema de ensino tende a assegurar o monopólio da violência simbólica legítima.

‘espiritual’ na sociedade civil e o anseio de ‘temporalização’ das instituições que é da essência mesma do pensamento liberal” (BARROS, 1986, p. 29).

De um lado, mas sem obedecer a fronteiras tão rígidas, o conceito de modernidade, nas Cartas Pastorais, estava associado ao liberalismo, ao naturalismo, ao racionalismo absoluto ou moderado, ao socialismo, ao comunismo e ao cientificismo, cujas posições expressavam os ideais ultramontanos “com uma amostragem sobrenaturalista e moralista” (MONTENEGRO, 1978, p. 134 *apud* CORDEIRO, 1997, 67). De outro, para as elites políticas e ilustradas, a ideia de modernidade referia-se ao alcance do progresso material, urbano, técnico e cultural, conforme Ribeiro (2003, p. 16). Tal conjuntura, que culminou com a questão religiosa no Brasil, constituiu-se na luta entre a mentalidade católico-conservadora e o espírito laico, liberal, caracterizando-se, dentre outros aspectos, pelo “esforço de definição do catolicismo diante da civilização moderna, que dispensava os seus serviços; esforço aquele necessário para a sobrevivência da religião de Pedro, perplexa diante de um mundo hostil que a declarava superada” (BARROS, 1986, p. 29).

UNIVERSO LETRADO EM PAUTA: EMBATES ENTRE ENSINO LAICO E RELIGIOSO NA IMPRENSA CEARENSE

O jornal *Tribuna Católica*, órgão religioso, literário e noticioso da Diocese do Ceará, não apresentava expectativas promissoras quanto aos encaminhamentos referentes às relações entre a igreja e a instrução na Província à época. O tom enfático de suas publicações com relação ao ensino leigo, gratuito e obrigatório, representou as posições do catolicismo ultramontano frente às investidas dos princípios liberais de valorização da ciência, em contraposição aos valores e dogmas da doutrina cristã e da defesa da renovação do currículo escolar e secularização dos programas escolares.

Quanto a nós a instrução não pode trazer necessariamente essa grande utilidade que dela se espera, como resultado necessário. Ela não é mais que um instrumento que se pode empregar para o bem e para o mal. Atendendo ao caráter dos que se entusiasmam por ela na França donde o Brasil recebeu essa febre contagiosa, cremos que todo esforço por ela é pra ser empregada para o mal: porque a querem gratuita, obrigatória e leiga. Instrução leiga quer dizer fora ou contra às doutrinas da Igreja, instrução incredula, materialista, ateia, sem dogma, sem religião e sem moral. (TRIBUNA CATÓLICA, 1872, p. 2)

As ideias veiculadas na *Tribuna Católica* empreendiam visões que opunham bem e mal, se auto demarcando no que julgava uma finalidade moral para o ensino. Isto é, somente se a instrução se constituísse como um importante veículo de perpetuação dos dogmas católicos ao longo das gerações, ela alcançaria propósitos morais e legítimos. O debate corrente acerca do ensino laico se configurava como uma afronta incisiva aos preceitos religiosos amplamente legitimados em sociedade através dos séculos. Desse modo, a Igreja no Brasil busca se afirmar como uma instituição indispensável à garantia da ordem, elemento fundamental para se alcançar o tão almejado progresso material e intelectual, apresentando prognósticos negativos caso a instrução questionasse o poderio religioso através da proposição de um ensino laico.

Os projetos sociopolíticos dos ideais ultramontanos e as posições científicas e racionalistas, expressão do liberalismo na Província, ora convergiam, ora divergiam. Ambos se utilizaram da moral evangélica católica e das tradições e costumes religiosos, conclamando

a Igreja à tarefa de formar um trabalhador considerado obediente, higienizado, econômico e amante da pátria. Isto é, o catolicismo no Ceará detinha não somente a missão de resguardar e mesmo fortalecer os aspectos religiosos e morais do povo, como também encaminhar a jovem elite econômica no caminho da modernização e do avanço nas engrenagens do sistema da economia-mundo.

O Cearense, folha político-partidária dita “Liberal” fundada no final da primeira metade do século XIX, abordou em 7 de julho de 1876, o que julgava ser uma necessidade de união do ensino moral, religioso e da instrução “profissional” como principais meios para a correção e modificação de hábitos e costumes.

O systema penitenciário em França não é certamente o mais perfeito á muitos respeitos; mas seríamos contentes que tivéssemos aqui uma prisão de segunda ordem daquelle paiz, chamada departamental. Nas prisões departamentaes, apesar de um só edificio para diversas cathegorias de presos, observão-se regularmente um bom regimen econômico; isto é, uma nutricao sufficiente e san, conforme a lei prescreve para os detidos; um vestuário penal, leito, ou maca, etc. á cada condemnado; trabalho regular obrigatório a todos, de cujo lucro percebem um quarto, excepto os condemnados a trabalhos forçados que não gosão do fructo de seu trabalho; instrucção moral e religiosa, sendo obrigados á missa e exercícios religiosos, á pratica e leitura do cathecismo; instrucção primaria de leitura e escripta, arithmetica, e do sistema de pesos e medidas. (CEARENSE, 1876, p. 1)

As camadas pobres da população eram interpretadas a partir de óticas hierarquizantes como sinônimos de violência e de proliferação de doenças, assim como estariam mais suscetíveis aos vícios e erros, conforme propugnavam as fontes jornalísticas, médicas, policiais, religiosas e pedagógicas. Tratava-se do argumento de que em função das condições de empobrecimento constante de um sem-número de sujeitos – que viviam na dependência da elite agrária ou executando as mais diversas atividades informais para garantirem o seu sustento – o antídoto para a correção dos ditos maus comportamentos residiria no ensino religioso aliado ao trabalho.

A instrução religiosa, como pauta comumente discutida, ganhou força de modo mais acentuado nas últimas décadas do XIX, especialmente pelas reformas educacionais que já se discutiam e se implantavam em países da Europa, cuja elite cearense, em seus discursos, procurava tomar como referência do que havia de mais moderno no campo educacional. Naquela época, se configurava como prática comum que os educadores mais influentes viajassem à França e aos Estados Unidos com o objetivo de observar e estudar a instrução pública e a formação de professores nesses países, de modo a sumariar possibilidades pedagógicas para implementar na Província. Tais viagens, com o objetivo de desempenhar observações pedagógicas, permaneceram no século XX.

No Fraternidade, jornal da loja maçônica Fraternidade Cearense, as publicações concernentes a este tema, revelavam as propostas educacionais de seus membros, muitos dos quais eram maçons, jornalistas, professores e padres. O alvo, quando se pensava a debelação⁵ dos maus costumes, era sempre as camadas pobres. Na medida em que essa folha destilava críticas à postura de Dom Joaquim José Vieira, acusando-o de alheamento à causa da melhoria dos comportamentos, afirmava ser a formação religiosa fundamental ao direcionamento das ações dos sujeitos. A disciplina e obediência às autoridades constituídas, estavam no horizonte

5 Termo utilizado com frequência pelas elites letradas e políticas à época.

de seus anseios civilizatórios. Nesse cenário, enquanto a estatística criminal crescia, as elites intelectuais afirmavam que, “o órgão da consciência, a voz da religião” (FRATERNIDADE, 1873a, p. 1), não acudia ao duplo dever de pastor e de súdito do governo, auxiliador na superação dos males, correção dos vícios e reforma dos hábitos.

Para ser bom cidadão, portanto, é preciso que tenha sido bom crente, isto é, que a alma esteja fortalecida num princípio estável para poder se advogar com segurança as indagações posteriores. O ensino religioso deve logicamente preceder o ensino social, mas com a condição de não contradizer este e não assentar sobre os próprios fundamentos da natureza humana. Formar a crença na Divindade para que esta a torne o princípio de moralidade de nossas ações, sem combater os impulsos nobres e espontâneos da razão, tal deve ser a norma verdadeira de todo ensino religioso. (FRATERNIDADE, 1873b, p. 1)

É necessário entrever que as discussões sobre o tema educacional, por parte do Fraternidade, estavam associadas às críticas direcionadas às ações implementadas pelo Bispo, a dizer: a importação de ordens religiosas e o respaldo dado para direcionar a educação na Província. O fato é que, naqueles idos, quando as ideias secularizantes e laicistas começavam a ocupar lugar de destaque nos debates educacionais, a instrução alicerçada nos princípios da fé e moral evangélica católica, por outro lado, somava também maior importância, especialmente quando posta como panaceia para as relações baseadas na violência, interpretadas como consequência da falta de instrução e de sentimento religioso.

O Fraternidade defendia a existência de uma harmonia entre a instrução religiosa e o ensino social, referindo-se, provavelmente, às demais matérias do currículo escolar, de modo que a dimensão religiosa não viesse a contradizer os princípios que já se faziam sentir desde o início do século XIX, haja vista não serem em todas as disciplinas escolares que as explicações sobre o mundo se pautavam unicamente nos dogmas e valores católicos. A instrução religiosa deveria, segundo os articulistas desta folha, formar o caráter sem interferir nas investidas da razão que, certamente, se davam contra o fanatismo religioso, a doutrina da infalibilidade papal, ao poder demasiado da religião na consciência dos sujeitos, seja pelo confessorário, pelos sermões e/ou pela catequese.

Àquela época, tanto o clero ultramontano quanto a ilustração, que arvoravam com entusiasmo as ideias liberais e cientificistas, tentaram construir um ideal de modernidade de acordo com as percepções que tinham daquele estado de coisas, assim como de suas orientações políticas e ideológicas. Seus ideais ora se aproximavam, ora se distanciavam, especialmente quando se pensava o estabelecimento na prática de tais projetos e quem estava apto a levá-los a cabo na tentativa de obter resultados promissores. Nessa esteira, muitos clérigos se apresentavam enquanto maçons e tomavam os direcionamentos do liberalismo como norteadores de suas ações. Conforme Neves (2009, p. 16), há de se ressaltar que não se tem de um lado uma mentalidade católico-conservadora pronta a barrar as investidas da “modernidade”, mas um movimento heterogêneo, em que também no interior da igreja havia quem fizesse a defesa dos ideais liberais, representados pelo racionalismo e cientificismo. Tal heterogeneidade atina para a importância de se rastrear as divergências e os antagonismos presentes em um mesmo grupo religioso, político ou social.

CONTENDAS IMPRESSAS: O ENSINO PÚBLICO CEARENSE EM DISPUTA NOS JORNAIS E EM INSTÂNCIAS LEGISLATIVAS

Na década de 1870, os debates intelectuais se intensificaram em função das novas ideias de base cientificista que começaram a circular entre as elites política e letrada, incitadas pelo acesso às novidades do mercado transatlântico, promovido pelo desenvolvimento do comércio nas rotas marítimas estabelecidas entre a Europa e o Brasil, ao passo em que cada província tinha acesso a um comércio direto com os portos de Lisboa, Havre ou Liverpool.

No Ceará, a Academia Francesa, fundada em 1872, foi o principal polo de disseminação das ideias cientificistas, positivistas e evolucionistas na Província. Em diversos momentos, “suas práticas políticas e intelectuais se contrapuseram à estrutura político-institucional do país no final do Império” (CARDOSO, 2000, p. 93). Tendo a educação como princípio e caminho para as “luzes” e para a “civildade”, seus membros fundaram uma escola popular na qual se ministravam aulas de Primeiras Letras, de Aritmética, História, Geografia, Francês e Língua Nacional, como assinado por Azevedo, (1971, p. 8). Afora as aulas, havia ainda as conferências pedagógicas onde se estudavam temas relativos à religião, filosofia, história e literatura.

Somam-se às iniciativas da Academia Francesa, as várias ações por parte de organizações políticas ou artísticas, afeitas ao ideal de promoção da instrução, ainda que elementar, às classes populares, sobretudo aos trabalhadores. Na década de 1880 o Clube Educando Caixeiral, como instrumento de formação para seus membros, passou a oferecer aulas noturnas a fim de alfabetizar e oportunizar maior conhecimento de língua portuguesa aos caixeiros, constituindo uma forma de inserir seu grupo nos debates que representavam os interesses da classe trabalhadora.

As aulas noturnas no Império se configuraram como principal estratégia de escolarização para as camadas populares, que comumente desempenhavam funções laborais nos turnos diurnos. No tocante à função social dessas aulas, aliada ao avanço das ideias socialistas, enfatizava-se acentuadamente o desejo por uma remodelação do ensino público que conseguisse atravancar essas ideias e formar trabalhadores obedientes e alinhados à moral e aos costumes cristãos, sobretudo que aceitassem sua condição sem questionamentos.

Desse modo, a necessidade de reformar o ensino público se constituiu como pauta das preocupações dos dirigentes da estrutura político-administrativa. No campo das ideias, os debates em torno da necessidade de reformar o currículo do ensino público primário eram animados pelas posições liberais que defendiam a secularização dos programas escolares. A ata referente à 37ª Sessão Ordinária da Assembleia Provincial do Ceará ocorrida em 30 de agosto de 1881, foi publicada pelo *Gazeta do Norte*, jornal que representava os interesses da facção dos “Pompeus” do Partido Liberal:

O ensino religioso traz consigo muita responsabilidade e esta é de natureza a não dever pesar sobre o professor, mas sim sobre o padre. [...] O ensino religioso é um direito da família, é um direito materno, que o estado não pode e não deve usurpar. [...] Nesta questão, senhores, o meu voto seria contra o ensino religioso nas escolas, ainda que eu fosse crente fervoroso e já o disse; por amor da religião, em respeito ao sagrado direito da mãe de família. Senhores o ensino religioso nas escolas é de todo ponto ineficaz; qual de vós tem no espírito crenças religiosas bebidas nos bancos escolares? Qual de vós teve desenvolvidas

ou acentuadas pelo professor as noções que levou do lar para os bancos da escola primária? Nenhum, certamente, ao passo que todos conservaes indelévels os ensinamentos que recebemos na primeira infância, unguídos ainda da sinceridade com que impregnaram os lábios maternos. O ensino religioso é uma disciplina naturalmente confiada aos cuidados da família; a mãe é o único mestre que possui bastante eloquência para o incutir no ânimo da infância. (GAZETA DO NORTE, 1881, p. 1)

A estrutura curricular do ensino primário imperial consistia nos seguintes elementos: leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã. A partir de meados dos oitocentos, observa-se a expansão da “instrução popular” junto ao desenvolvimento do mercado livreiro, sobretudo com a maior circulação de manuais escolares, folhetos e toda sorte de livros cuja materialidade buscava atender aos mais diversos gostos e bolsos. Esse processo de popularização da cultura escrita possibilitou às camadas mais pobres o acesso, ainda que pequeno, a algum folheto admitido nas aulas primárias pelo Conselho de Instrução Pública. A par disso, o comércio expandia-se através da construção de ferrovias, possibilitando o escoamento das mais diversas mercadorias, vindas inclusive pelas rotas marítimas estabelecidas com a Europa e os Estados Unidos.

Com relação ao programa escolar da instrução primária, há indicativos de que este encontrava dificuldades de sustentação, mediante às demandas dos ditos novos tempos. Através da análise dos inventários de móveis, objetos e livros produzidos pelos professores, a fim de informar às autoridades educacionais acerca dos materiais de que necessitavam para funcionar as aulas, o ensino reduzia-se à leitura do catecismo da doutrina cristã, a contar também pela posição do professor que, na prática, assemelhava-se à de catequista, até mesmo conduzindo os alunos à missa.

Aventou-se, assim, a necessidade de direcionar a instrução religiosa à família e à Igreja e de se expandir o currículo escolar com a inclusão de novas matérias que englobassem a História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, o Desenho, a Língua Materna, a Matemática, a Educação Física, a Música, o Canto, a Cultura Moral, Cívica e os Rudimentos de Economia Política. Reservava-se maior tempo à formação do espírito, em contraposição à base extremamente confessional do ensino, a fim de desenvolver “habilidades intelectuais básicas nas crianças, bem como uma certa apreensão elementar do conhecimento da natureza que habilitassem o futuro trabalhador a adaptar-se à sociedade moderna” (SOUZA, 2000, p. 21).

Em relação aos representantes dos interesses religiosos à época, como foi o caso de Amaro Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução Pública, que escreveu em seu Relatório – fruto da viagem feita aos Estados Unidos a fim de observar a organização do ensino primário e colher informações para a implementação de mudanças no ensino público na Província – suas posições quanto ao que seria um pretensão ideal de “formação completa” para o indivíduo, temática também presente nas últimas novidades pedagógicas discutidas a nível internacional.

No dia 7 de setembro de 1881, o Cearense veiculou em suas páginas jornalísticas alguns trechos do relatório deste inspetor, considerando ser de interesse do seu público leitor:

De facto: Educar, não é somente desenvolver, pelos exercícios regulares da gymnastica, por uma nutrição abundante ou pelas lições da hygiene, as forças, a bôa composição e a saúde do corpo; nem tão pouco, dar exclusivamente, esmerada cultura ás faculdades do espirito pelo estudo frequente das artes, das letras e das sciencias. [...] Os primeiros meios se oportunamente empregados, farião com certeza um individuo- são e robusto ou mesmo

uma criatura formosa, mas não educado; os segundos formarião provavelmente um espírito versado ou instruído; e ambos os meios bem combinados já darião sem dúvida, á família e á sociedade um membro assaz prestimoso, porem, talvez ainda assim, não perfeitamente educado. [...] Há uma condição ulterior, um outro requisito na obra imensa da Educação, que, não sendo convenientemente preenchido, privará a esta de seus melhores e mais abundantes fructos. [...] Apar dos meios regulares que operão o bem estar do corpo, de pari-passu com a instrucção que dá saber e engrandece o espirito, deve igualmente seguir a luz, sempre pura, da moral e da religião, que guia o homem ao dever, ao bem, à verdade e à virtude por entre as veredas tortuosas dos erros, vícios e crimes da frágil humanidade. Enfim: reunidos esses três meios, combinados seus vários processos, e applicados com a inteligência á direção e cultura da natureza humana, todo esse grande conjunto de ordem e trabalho fará certamente o que entendemos por Educação, de cujo seio portentoso vemos, todos os dias, sahir, para a família, para a sociedade e para o Estado, membros – são, robustos e belos, industriosos, sábios e probos. (CEARENSE, 1881, p. 3)

A argumentação de Cavalcanti consistia na ideia de que o ensino somente seria “completo” à luz dos princípios moralizantes da religião católica. Isto é, os indivíduos não estariam aptos para a vida ativa e para o trabalho se não fossem solidamente formados moral e religiosamente. O tripé corpo, espírito e coração, atendia tanto aos interesses dos que defendiam a manutenção da instrução religiosa, como também aos que se levantaram em favor da formação do corpo saudável e do espírito, caracterizado pela soma dos conhecimentos ancorados na ciência. Desse modo, as insatisfações frente às investidas contrárias aos interesses da Igreja acabavam ora unindo forças e ora obtendo vozes antagônicas.

Em 1883 foi produzido sob a colaboração do influente polímata brasileiro Rui Barbosa – relator da Comissão de Instrução Pública, encarregado juntamente com outros deputados de estudar o Decreto expedido por Leôncio de Carvalho e apresentar à Câmara dos Deputados seus resultados – o parecer acerca da reforma do Ensino Primário. O documento em questão trazia consigo os interesses e posições do Partido Liberal, no que se refere à educação, demarcando claramente o lugar e sua respectiva importância ao papel do catolicismo para as mudanças que se deviam obter em âmbito escolar, embora com algumas ressalvas na prática educacional:

Habituemo-nos, quanto ser possa, a formar a ciência, nos moços, não extraindo-as dos livros, mas da contemplação do céu e da terra; isto é, ensinando-os a perceberem, e escrutarem diretamente as coisas. Os objetos da instrução natural sejam coisas sólidas, reais, úteis, capazes de atuar nos sentidos e na imaginação: obtem-se este resultado, aproximando as coisas aos sentidos, tornando-as visíveis aos olhos, audíveis ao ouvido, saborosas ao paladar, sensíveis ao tato. Pelos sentidos há de principiar a instrução. (BARBOSA, 1947a, p. 202)

Daí as conseqüências que o substitutivo deduz praticamente: não permitir que a lição de catecismo anteceda a aula, para que esta não se esterilize, mais ou menos sensivelmente, atuando sobre cérebros já exhaustos pelos exercícios matutinos da instrução confessional, e não autorizar essa lição mais de duas vezes hebdomadariamente. Quanto à duração de cada uma, consentindo que chegue a 45 minutos, tocamos, se não excedemos, como noutra parte se mostrará, o máximo limite da atenção exigível seguidamente a um menino de idade escolar. (BARBOSA, 1947b, p. 345)

O Parecer questionava a própria ordem com que as matérias escolares deveriam ser lecionadas. Partindo do pressuposto de que as aulas iniciais do dia escolar encontrariam mentes descansadas, o documento indica a instrumentalização de que os preceitos religiosos

não deveriam ser ensinados no início da aula, de modo a resguardar a plena atenção do alunado por serem considerados, via de regra, muito enfadonhos. A intenção parecia ser o estabelecimento de uma ordem hierárquica formulada pelo grau de importância, na qual os primeiros conteúdos lecionados obteriam privilégios de assimilação.

A modernização do currículo escolar se daria com o exercício do método intuitivo, muito conhecido também, à época, como “Lições de Coisas”. Fundamentado nas ideias de Pestalozzi e Froebel, a construção do conhecimento se daria por meio da observação e indução⁶. Tal processo, partia do particular para o geral, ou seja, das coisas conhecidas – ao alcance da observação dos sujeitos – ao desconhecido. Acreditava-se, portanto, que o método intuitivo romperia com a memorização, bem como com o ensino verbalista e repetitivo em que foi organizada a instrução primária. Quanto à instrução religiosa, Rui Barbosa defendeu a escola leiga, com a ingerência da sociedade civil, porém sem excluir a instrução religiosa da sala de aula. A antecedência do elemento religioso às demais disciplinas é posta em pauta como elemento que traria consequências negativas ao espaço destinado a cada uma das matérias do currículo escolar.

No Ceará, embora a estrutura política e social fosse dirigida por uma elite majoritariamente agrária, ao longo da segunda metade do século XIX, tais forças passarão, de forma cada vez mais crescente, a dividir espaço com uma incipiente elite urbana forjada nas atividades comerciais incrementadas com a inserção cearense no sistema de comércio internacional. Com isso, a movimentação dos homens de letras nos círculos ilustrados e políticos, sobretudo na capital, munidos dos discursos médicos, higienistas, policiais e pedagógicos orientou ações referentes ao desejo pela formação de um novo sujeito para o novo tempo que se avizinhava: a República. Ao se eleger a educação como principal meio para a regeneração de hábitos, comportamentos e costumes, acreditava-se estar formando, assim, os futuros cidadãos pátrios, de modo a sanar a imagem de atraso que julgavam ter a Província, especialmente pela falta de instrução e do sentimento religioso. Nesse ínterim, as discussões buscavam estabelecer medidas que dessem assistência aos mais empobrecidos.

O período correspondente ao advento da República trouxe para os debates acerca da instrução o tema do comportamento cívico. Conforme examinado, no período anterior à circulação das ideias republicanas, para ser considerado um bom cidadão o indivíduo deveria seguir à risca as lições morais e religiosas, sobretudo. Com a emergência da República, o bom cidadão também deveria ser um árduo patriota, que incluía o respeito às autoridades constituídas e o amor à pátria.

De acordo com esses elementos contextuais e marcos de temporalidade, destaca-se que as iniciativas educacionais estavam voltadas para uma glorificação do novo regime, tendo sido inclusive instituído no Ceará um decreto, nº 171, promulgado em 23 de março de 1891, que tornava obrigatória a leitura da Constituição nas escolas estaduais. Constituição e catecismo, pátria e religião, eis os binômios da formação básica dos estudantes cearenses nos primeiros tempos republicanos, atuando no sentido de formar o sujeito ciente de suas obrigações cívicas, assim como moldar o trabalhador obediente que serve ao país concomitantemente ao ato de honrar a Deus.

⁶ SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. Cadernos Cedes, ano XX, n. 51, novembro/2000, p. 12.

A falta de instrução da maioria da população significava para as elites brasileiras um atraso diante das nações modernas e ditas civilizadas, por isso acreditava-se ser premente investir na educação e na formação adequada da mão de obra. No entanto, sob a perspectiva de Bittencourt (2008), a manutenção do alto índice de analfabetismo não deixava de ser vantajosa diante da mudança do critério de participação política que restringia o direito ao voto somente para os alfabetizados, elitizando mais ainda a estrutura de poder.

Mesmo com as mudanças de posicionamento advindas a partir da mudança de regime político no Brasil e com a chegada de novas teorias educacionais ao território brasileiro, na prática, pouco se fez pela instrução pública nos anos finais dos oitocentos. Em terras cearenses, os marcos mais pertinentes e visíveis situados nesse período remontam à fundação da Escola Normal e à mudança do regulamento do Liceu do Ceará. Os atos governamentais nesse período concentraram-se, inclusive, ao redor dessas referidas instituições.

Nesse período, houve um aumento expressivo do número de estabelecimentos **particulares de ensino, muitos fundados por religiosos – nesse caso trata-se de um elo de continuidade em relação ao período anterior ao republicano – que prometiam ofertar instrução de qualidade aos filhos daqueles que dispunham de meios para arcar com as mensalidades. Outros grupos sociais, entretanto, ainda se empenharam em fornecer instruções aos mais pobres, como foi o caso do Partido Operário, que promoveu aulas noturnas destinadas à alfabetização desse público.**

Há de se destacar que as ações direcionadas às camadas populares, como por exemplo as aulas noturnas, visavam não somente alfabetizar, mas também formar um público leitor engajado, conhecedor de seus direitos e sua importância na condição de trabalhadores, além de transcenderem o binômio pátria-religião imposto pela educação oficial. De acordo com Lima (2014), um incipiente aumento do número de leitores incrementou também a quantidade de espaços destinados às letras e às leituras, como gabinetes, bibliotecas, livrarias e associações literárias, cujos principais representantes do período são a Padaria Espiritual e o Centro Literário, que em seus programas também versavam sobre a importância da alfabetização.

Os presidentes de estado reiteravam a cada mensagem enviada à Assembleia Legislativa o quão importante seria traçar estratégias para fazer com que as crianças frequentassem a escola. Bezerril Fontenele⁷, por exemplo, chegou a propor, em 1895, a regulamentação de uma multa aplicada aos pais que não enviassem seus filhos às salas de aula, fato que não obteve concretude e aceitação dos pares (CEARÁ, 1895, p. 14). A questão a se destacar é que em uma sociedade marcada pela pobreza e pela falta de oportunidades igualitárias, tornava-se fato social comum que as crianças auxiliassem seus pais no trabalho ou permanecessem nas ruas realizando pequenos serviços em troca de tostões para sanar as necessidades primárias da família. A escola, portanto, não poderia se configurar como prioridade em suas vidas. Essa junção de fatores, aliadas às parcas ações do Estado referentes à formação educacional, mantinham os índices de analfabetismo extremamente altos e colaboravam para que o nível de instrução se mantivesse como um grande fator de distinção social.

⁷ José Freire Bezerril Fontenelle (1850-1926), cearense de Viçosa, ingressou na Escola militar em 1871, chegando ao cargo de Coronel em 1894. Foi Deputado Federal e Secretário de Agricultura do primeiro governo republicano, eleito presidente do Ceará em 1892, tendo como vice Nogueira Acioli. (BRASIL, 2021)

CONCLUSÃO

Diante das problemáticas em análise, pode-se concluir que as ideias atreladas ao progresso e à civilização, que expressavam um desejo das elites letradas, divergiam da estrutura política e social da Província e posteriormente do Estado do Ceará. Baseada na dependência das camadas pobres a uma elite agrária e comercial, suas estruturas estavam fincadas no clientelismo, no paternalismo, nas relações de violência, nos altos índices de analfabetismo e de pobreza, gerando a presença de levas de flagelados no espaço urbano, especialmente, nos períodos de estiagem.

Embora estivessem interessados em ingressar no rol das nações ditas civilizadas e soubessem que para isso o investimento na instrução das crianças e jovens e a formação de trabalhadores qualificados fosse necessária, as elites brasileiras preferiram manter sua distinção frente às classes mais pobres, executando ações pontuais e mínimas no sentido de reduzir o analfabetismo. Na prática, os resultados dos debates em torno do desenvolvimento da instrução como meio de inserção da Província nos moldes da civilização e do progresso, pareciam se restringir à produção de uma série de leis e decretos que, geralmente, não encontravam efetividade no cotidiano escolar. No que se refere à dificuldade de viabilização das determinações oficiais atreladas ao ensino, ressaltam-se as constantes afirmações, por parte do Governo da Província, sobre o que seria uma escassez de verbas destinadas ao orçamento da Instrução Pública.

Além disso, optaram por investir na vinda de imigrantes para ocupar os cargos que exigiam qualificação com vistas à nascente indústria, mantendo o trabalhador nacional sem instrução ou com a escolarização mínima necessária, baseada em uma educação religiosa disciplinadora, pautada na moral e na obediência, para que ocupassem postos de trabalhos secundários e se mantivessem subordinados aos desmandos patronais. Para atender a esse princípio educacional, as ações voltadas para a instrução consistiam na formação de indivíduos que não questionassem sua posição de submissão dentro das engrenagens sociais, políticas, culturais e econômicas, mantendo-se alheios às lutas por melhores condições de vida e trabalho.

Os conflitos em torno da dimensão religiosa na formação escolar tem sido uma constante na educação brasileira, especialmente porque tais discussões ocuparam os debates em torno dos currículos, métodos e propostas educacionais em todo o século XX. Estes permanecem no século XXI como pauta dos que se dão ao desafio de pensar temas concernentes aos interesses e preocupações da História do tempo presente, como o ensino laico, a “Escola sem partido”, a nova base curricular que visa a formação da mão de obra abundante e barata, ou mesmo a pluralidade religiosa, especialmente com as discussões geradas a partir da inclusão do ensino de História da África no programa escolar.

As discussões acerca das propostas curriculares, dos métodos de ensino e, sobretudo, do tipo de educação que se pretende fornecer às crianças e jovens brasileiros – mais voltada para a formação humana, para a construção de cidadãos conscientes – não estão longe de seu fim, sobretudo diante dos diversos interesses que orbitam essa questão da qual depende o futuro que se pensa para o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Berenice. Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2009.
- AZEVEDO, Sânzio de. A Academia Francesa do Ceará (1873-1875). Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.
- BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947a. Tomo II, Vol. X.
- BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. Obras Completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947b. Tomo I, Vol. X.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a ideia de universidade. São Paulo: Editora Convivio, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BITTENCOURT, Circe. Livro didático e saber escolar (1810-1910). - Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. Senado Federal. Senadores. Brasília: GF, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1924>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CARDOSO, Gleudson Passos. As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904). 2000. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o_MESTRADO%20gleudson.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.
- CAVALCANTI, Amaro. Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti. Cearense, Fortaleza, n. 192, p. 3, 7 set. 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=14936>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1895 pelo Presidente do Estado, Bezerril Fontenele. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1437/000001.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- CEARENSE. Fortaleza, n. 53, p. 1, 7 jun. 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=11221>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- FRATERNIDADE. Ex Fructibus corum cognoscetis eos. Fortaleza, n. 6, p. 1, 9 dez. 1873a. Disponível em: Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará.
- FRATERNIDADE. Fortaleza, n. 6, p. 1, 9 dez. 1873b. Disponível em: Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará.
- GAZETA do Norte. 37ª Sessão Ordinária em 30 de agosto de 1881: continuação do n. 202. Fortaleza, n. 203, p. 1, 22 set. 1881. Assembleia Provincial. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103950&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1405>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- LIMA, Rafaela Gomes. Os Livros na Fortaleza Oitocentista: Edição e Recepção das Obras Literárias Locais (1890-1900). 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/>

mahis/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rafaela%20Gomes%20Lima.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. Rocha Lima: a obra e a época. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XVIII, Fasc. 110, São Paulo, 1978, p. 134 apud CORDEIRO, Maria Celeste M. *Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Trono e o altar: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza, BNB, 1992.

MOURA, Sérgio Lobo de, ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo III, Vol. 2.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. 2009. 364 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13202/1/Fernando%20Arthur%20de%20Freitas%20Neves.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021

Quanta Cura e Syllabus Errorum do Papa Pio IX, de 1864. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>. Acesso em: 2 fev. 2021.

RIBEIRO, Emanuela Souza. *Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922*. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7768/1/arquivo7675_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingo. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo- Reforma. *Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*. Belo Horizonte, vol. 2, n.º 2, p. 24-33, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/320/59>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 51, nov. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/rTX58kXfdPkX5yXv6jMtPLJ/?lang=pt>

Tribuna Católica, Fortaleza, n. 21, p. 2, 4 fev. 1872. Seção *Tribuna Católica*, n. 21, p. 2. Acervo de jornais do Instituto Histórico do Ceará.

VIEIRA, Joaquim José. Pastoral de Dom Joaquim José Vieira publicando a Carta Encíclica do S. S Padre o Papa Leão XIII sobre a liberdade humana, 1888, p. 127 (verso). Acervo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

VIEIRA, Joaquim José. Quarta Pastoral de Dom Joaquim José Vieira, 1886, p. 58. Acervo da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.